

No Congresso, uma péssima notícia para o primeiro-ministro.

A Câmara norte-americana aprovou ontem, por 218 votos a 214, uma controversa emenda à lei do comércio de 1974, obrigando os países com um grande superávit com os Estados Unidos, graças a uma política comercial injusta, a reduzirem a diferença numa velocidade de 10% ao ano — ou estarão sujeitos a retaliações.

A emenda, que tem o nome do seu autor, o deputado Richard A. Gephardt, candidato democrata à Presidência da República, não poderia ser aprovada num dia mais embaraçoso, quando chegou ao país, um ilustre visitante, mas sua principal vítima, o primeiro-ministro do Japão, Yasuhiro Nakasone.

Sete países estariam na mira da emenda Gephardt: o Japão, com US\$ 58,8 bilhões de superávit; Taiwan, com US\$ 16,1 bilhões; Alemanha Ocidental, com US\$ 15,8 bilhões; a Coreia do Sul, com US\$ 7,6 bilhões; a Itália, com US\$ 6,5 bilhões; Hong Kong, com US\$ 6,4 bilhões; e o Brasil com US\$ 3,4 bilhões.

Mas o Brasil seria poupado, segundo o desejo do próprio deputado Richard A. Gephardt, do Missouri, que prevê em sua emenda um *sursis* "para um país que esteja com sérios problemas de dívida, ou se a ação contrariar os interesses econômicos dos Estados Unidos". Hong Kong também estaria livre

de punições porque não tem barreiras contra produtos norte-americanos.

O presidente Reagan pode vetar a emenda aprovada, e tudo indica que o fará, se o Senado a deixar tramitar. Ele é a favor de liberdade no mundo do comércio, como antecipou em seu programa de rádio semanal, apelando para que a emenda não passasse, pois ela pode desencadear uma guerra comercial, violar a lei internacional e estimular a inflação.

A emenda requer, inicialmente, que a administração Reagan identifique os países que mantêm grande superávit com os Estados

Unidos — qualquer um que exporte 75% mais do que importa. Depois, o representante comercial norte-americano deverá determinar que parte do superávit foi obtida com práticas comerciais injustas. Só então é que entraria em ação o presidente. Caberá a ele decidir, em seis meses, que tipo de retaliação poderá aplicar contra um país que não reduziu suas barreiras comerciais. A punição sugerida, e aprovada, é a de reduzir em 10% o superávit por ano, até 1992, com a imposição de tarifas ou cotas.

**Moisés Rabinovici,
de Washington**